

MORTES POR ATOS VIOLENTOS EM SÃO PAULO

a importância de informações complementares

Desde 1999, o Estado de São Paulo tem conseguido reduzir o número de mortes provocadas por atos violentos, encerrando um ciclo de cerca de duas décadas de sucessivos aumentos. Naquele ano, a taxa de mortes por agressão, estimada pela Fundação Seade, alcançou o maior índice já registrado para o conjunto do Estado: 43,2 óbitos por 100 mil habitantes. A diminuição continuada, a partir de então, fez com que esse coeficiente chegasse a 28,4 mortes por 100 mil em 2004, o menor dos últimos dez anos e equivalente ao de 1994. Em termos absolutos, o número de mortes por agressões diminuiu 29%, entre 1999 e 2004, passando de 15.719 para 11.174 óbitos, enquanto a população paulista aumentou 8% nesse mesmo período.

Na Região Metropolitana de São Paulo, essa redução foi ainda mais intensa (43%), com a taxa de mortalidade passando de 65,2 óbitos por 100 mil habitantes, em 1999, para 37,0 por 100 mil, em 2004, mas ainda superior àquela observada na média estadual.

No Interior, o comportamento desse indicador foi diferente: manteve trajetória crescente até 2001, quando atingiu seu valor máximo (26,7 óbitos por 100 mil habitantes); diminuiu em 2002; pouco se alterou em 2003; e retomou trajetória declinante em 2004, quando chegou a 20,5 por 100 mil, próximo aos níveis de 1998.

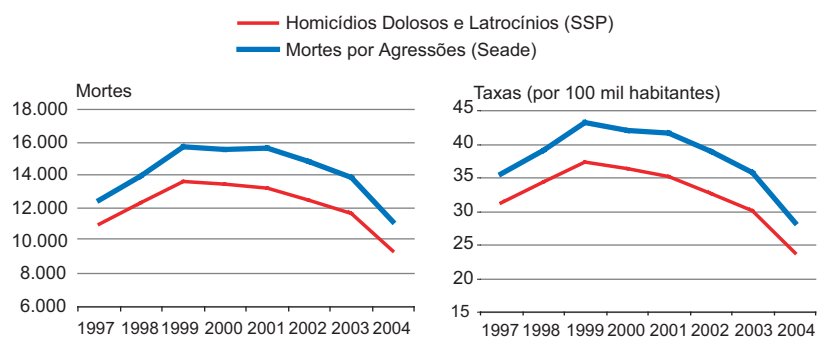
Esses números, produzidos pela Fundação Seade, embora ainda elevados em comparação àqueles registrados nas décadas de 70 e 80 ou em determinados países, representam uma mudança importante em relação à tendência observada nas duas décadas anteriores. Tornam-se ainda mais expressivos quando confrontados com as informações sobre ocorrências policiais originárias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, uma vez que, além de complementares, reforçam-se mutuamente ao revelarem trajetórias semelhantes.

O Gráfico 1 mostra a reversão das tendências dos indicadores de mortalidade por atos violentos registrados em ambas as fontes. Segundo as informações da Secretaria de Segurança Pública, a mortalidade por homicídios dolosos e latrocínios também atingiu seu ponto máximo no Estado de São Paulo em 1999 (13.599 ocorrências ou 37,4 óbitos por 100 mil habitantes) e diminuiu constantemente a partir de então, chegando, em 2004, a 9.391 mil ocorrências ou 23,9 óbitos por 100 mil habitantes.

Na Região Metropolitana de São Paulo, as ocorrências desses crimes totalizaram 9.622 registros (54,8 óbitos por 100 mil habitantes), em 1999, o pior ano da série. Em 2004, haviam diminuído 38% ao passarem para 5.965 casos (31,6 óbitos por 100 mil habitantes). No Interior, a trajetória foi semelhante à registrada pela Fundação Seade: os indicadores de homicídios e latrocínios atingiram seu ponto máximo em 2001, quando foram registrados 4.160 casos (21,4 óbitos por 100 mil habitantes) e reduziram-se até 2004, atingindo 3.426 casos (16,7 óbitos por 100 mil habitantes), o que equivale a uma redução de 17,6% do número de óbitos nesses três anos (Gráfico 2).

Portanto, os resultados de ambas as fontes são muito coerentes e fortemente correlacionados entre si (coeficiente de correlação superior a 0,93 para o conjunto do Estado), ainda que suas respectivas informações primárias originem-se de registros distintos, independentes e produzidos, cada qual, para finalidades específicas.

Gráfico 1
Mortes e Taxas de Mortalidade por Agressões e Homicídios Dolosos e Latrocínios
Estado de São Paulo
1997-2004



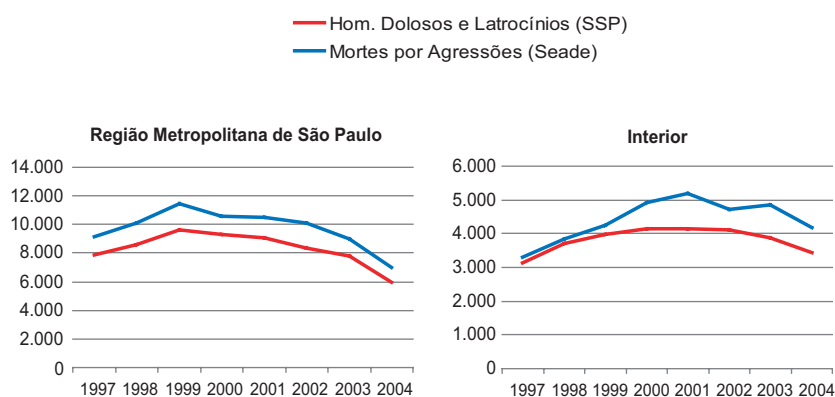
Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

O fato de as curvas resultantes das informações originárias dessas duas fontes serem praticamente paralelas quando referidas ao conjunto do Estado (Gráfico 1) atesta que ambas captam com igual rigor a tendência da mortalidade por atos violentos em São Paulo. Em domínios geográficos menores (RMSP e Interior), tal paralelismo não é tão evidente – tema tratado adiante, mas suas tendências são semelhantes.

Essa inflexão de tendência tem sido, em geral, associada aos resultados positivos da articulação e integração de políticas públicas de prevenção e repressão à violência e de ações da sociedade civil organizada. Um dos elementos decisivos para que se atingissem tais resultados foi, decerto, a maior disponibilidade das informações sobre atos violentos e criminosos ocorridos na sociedade paulista.

Não por acaso, os gestores públicos e a sociedade civil vêm propondo a ampliação dos investimentos na construção e no aperfeiçoamento de sistemas de informação transparentes, confiáveis e úteis ao desenho de ações nos campos da segurança pública e da pacificação social. Para tanto, é fundamental conhecer o modo e os objetivos da produção dos dados hoje disponíveis. É esse o caminho que permite melhor avaliá-los, compreendê-los e utilizá-los em análises mais qualificadas, que contemplem suas diferenças e complementaridades, ampliando o estoque de conhecimento sobre o fenômeno e contribuindo para aprimorar ainda mais a qualidade dessas informações.

Gráfico 2
Mortes por Agressões e por Homicídios Dolosos e Latrocínios
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1997-2004



Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

Nota: Foram utilizadas escalas diferentes para melhor visualização dos dados.

Um mesmo fenômeno social, duas formas de monitorá-lo

Como destaca o texto “Estatística de Criminalidade – Manual de Interpretação”, recentemente divulgado na *Internet* pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (<http://www.seguranca.sp.gov.br>), não existe número certo ou errado para medir mortes por atos violentos. Existem números gerados para objetivos diferentes, com lógicas inerentes às instituições que os produzem. Cabe aos usuários apreendê-los e interpretá-los corretamente e, assim, gerar novos conhecimentos para enfrentar de forma mais eficiente esse grave problema social.

Para contabilizar as mortes por atos violentos em São Paulo, os dados da Secretaria de Segurança Pública utilizados neste estudo originam-se dos Boletins de Ocorrência, correspondendo aos casos classificados, de acordo com o Código Penal Brasileiro, como “homicídios dolosos e roubos seguidos de morte (latrocínios)”. Ressalte-se que, para essa fonte, em uma mesma ocorrência policial pode estar envolvida mais de uma vítima e que sua ênfase é o local da ocorrência do fato criminal e o autor do delito. Nesses casos, a informação disponível refere-se ao volume de ocorrências registradas e não às características dos autores e das vítimas dos crimes.

Já os dados da Fundação Seade correspondem aos eventos classificados pelo critério epidemiológico da Classificação Internacional de Doenças e originam-se das informações do registro civil de óbito e da respectiva declaração de óbito. Seu foco são as vítimas de tais atos e seus locais de residência, o que possibilita caracterizar o perfil sociodemográfico das vítimas.

Constituem, assim, duas formas de registrar um mesmo fenômeno social que causa impactos na vida cotidiana, medo e preocupação na população. Cada uma, além de cumprir objetivo específico e adotar procedimento próprio, é utilizada adicionalmente como fonte de informação estatística para monitorar as tendências da criminalidade.

Note-se que as informações primárias sobre mortes por atos violentos, de ambas as fontes, são registradas originalmente por órgãos da Secretaria da Segurança Pública (SSP), mas em formulários distintos: o Boletim de Ocorrência (BO) e a Declaração de Óbito (DO). O primeiro capta os casos de forma rápida e levanta informações importantes para a área de segurança. Já a declaração de óbito, para mortes provocadas por causas externas, é preenchida no Instituto Médico Legal, órgão também subordinado à SSP, com informações voltadas à área da saúde. Uma via da DO é entregue à família para seu registro nos Cartó-

rios de Registro Civil, os quais, por sua vez, enviam cópias destes documentos à Fundação Seade, que processa as bases de dados de mortalidade e disponibiliza as estatísticas resultantes aos usuários.

Se as informações contidas na declaração de óbito refletem o término do processo que levou o indivíduo à morte, as do boletim de ocorrência relatam o princípio do evento criminal, quando o delegado de polícia registra as informações disponíveis naquele momento (que podem ser posteriormente revistas) para dar início às investigações e à subsequente instauração de inquérito.

As diferenças encontradas entre os totais de mortes por atos violentos, gerados pelas fontes aqui descritas, refletem seus respectivos objetivos e procedimentos. O mais relevante para explicá-las é que os BOs registram as ocorrências de homicídio doloso e latrocínio (e não de suas vítimas fatais) e, as DOs, os óbitos provocados por agressões. Portanto, o esperado (e, de fato, observado na maioria dos casos) é que os indicadores de mortalidade por agressões, produzidos pela Fundação Seade, atinjam valores superiores àqueles elaborados pela SPP, a partir do número de ocorrências de homicídios dolosos e latrocínios, pois uma mesma ocorrência pode provocar mais de uma vítima.

Tais afirmações são verdadeiras quando os dados em questão referem-se a domínios geográficos mais amplos, como o conjunto do Estado. Porém, à medida que esses domínios se reduzem (Regiões Metropolitanas, Administrativas ou municípios), as diferenças entre os resultados obtidos por ambas as fontes podem alterar sua predominância.

Isso se explica por outra distinção entre os procedimentos adotados em seus respectivos registros, mencionada anteriormente, mas ainda não enfatizada: enquanto as informações de mortalidade por agressões tradicionalmente referem-se ao local de residência das vítimas, os BOs registram o local em que ocorreu o ato violento.

Em grandes áreas, como o conjunto do Estado, tal distinção provoca efeitos irrelevantes nos resultados, mas são crescentes à medida que as áreas de referência se estreitam. Se um indivíduo for vítima de um homicídio em um município diferente daquele em que reside, as duas fontes captarão esse evento que comporá, igualmente, seus respectivos indicadores referidos ao conjunto do Estado. Porém, se relacionados a municípios, a Fundação Seade irá computá-lo tradicionalmente no município de residência da vítima e, a SSP, no da ocorrência do evento. Assim, a comparação de *rankings* de municípios produzidos por uma ou outra fonte carece de sentido, uma vez que suas respectivas áreas de referência são diferentes.

Nesse caso, há múltiplos fatores que podem levar à ampliação ou à redução dessas diferenças; mesmo assim, a coerência entre os resultados originários das duas fontes é notável e recoloca o território como unidade de análise imprescindível para estudos dos fatores ecológicos e sociais da violência fatal.

Panorama municipal das taxas de mortalidade por atos violentos

No intuito de subsidiar investigações de alguns desses fatores e melhor caracterizar o cenário paulista das mortes por atos violentos em âmbito municipal, a Fundação Seade disponibilizou em seu sítio na *Internet* (www.seade.gov.br) um conjunto de arquivos contendo as comparações entre seus indicadores e os da Secretaria de Segurança Pública.

Considerando que em municípios com menor porte populacional ocorre grande variabilidade nas taxas de mortalidade por homicídios e agressões, devido ao número reduzido de óbitos, adotou-se o critério de tratar os municípios segundo dois grupos de tamanho: os com população superior a 50 mil habitantes e aqueles com menos de 50 mil, em 2004. Para os maiores, o conjunto de informações disponível aparece desagregado individualmente. Para aqueles com menos de 50 mil habitantes os dados encontram-se agrupados no âmbito de suas respectivas Regiões Administrativas, como alternativa de análise que evite aquela variabilidade e preserve as especificidades regionais.

Antes de aprofundar esse ponto, observem-se os resultados agregados de todos os municípios segundo Região Administrativa (Tabela 1). Embora a distância entre os indicadores originários de ambas as fontes não seja comum, os produzidos pela Fundação Seade, como esperado, tendem a ser mais elevados que os da SSP (diferença que chega a 20% na RA de Marília). A exceção mais evidente é a RA de Araçatuba, onde a taxa de mortalidade estimada com os dados da SSP era maior em 1999 e praticamente igualou-se à da Fundação Seade em 2004 (Tabela 1).

Quanto às tendências, também é clara a coerência entre as fontes: para ambas, as únicas RAs onde houve crescimento desse indicador, entre 1999 e 2004, foram as de Barretos e Franca. Houve estabilidade na RA de Registro e queda em todas as demais, particularmente intensa nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Mais uma vez, e exceção notável é a RA de Araçatuba, onde as informações da Fundação Seade apontam para seu crescimento e as da SSP para sua estabilidade.

Tabela 1

Taxas de Mortalidade por Agressões e por Homicídios Dolosos e Latrocínios, segundo Grupos de Municípios com População Inferior a 50 mil Habitantes
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
Estado de São Paulo
1999-2004

Áreas	Mortes por Agressões (Seade)		Homicídios Dolosos e Latrocínios (SSP)	
	1999	2004	1999	2004
Estado de São Paulo(1)	43,2	28,4	37,4	23,9
RA de Araçatuba	14,1	16,5	16,3	16,8
Municípios com menos de 50 mil hab.	10,4	9,8	11,7	11,1
RA de Barretos	7,7	11,6	7,9	9,7
Municípios com menos de 50 mil hab.	7,1	11,0	9,3	8,8
RA de Bauru	12,4	10,5	10,5	9,8
Municípios com menos de 50 mil hab.	9,6	8,0	8,7	7,7
RA de Campinas	26,6	22,2	23,6	21,6
Municípios com menos de 50 mil hab.	10,3	16,5	9,9	16,1
RA Central	14,5	11,4	10,8	9,9
Municípios com menos de 50 mil hab.	8,5	9,1	7,3	8,5
RA de Franca	6,4	12,7	5,7	11,7
Municípios com menos de 50 mil hab.	8,2	11,3	6,9	11,6
RM da Grande São Paulo	65,2	37,0	54,8	31,6
Municípios com menos de 50 mil hab.	27,2	27,2	25,6	22,5
RA de Marília	13,0	12,5	11,3	10,1
Municípios com menos de 50 mil hab.	10,4	8,5	10,0	6,9
RA de Presidente Prudente	12,0	10,3	9,8	10,0
Municípios com menos de 50 mil hab.	12,2	8,6	10,7	8,6
RA de Registro	20,7	20,6	19,2	19,9
Municípios com menos de 50 mil hab.	21,7	20,8	19,5	22,6
RA de Ribeirão Preto	30,0	14,1	27,6	13,1
Municípios com menos de 50 mil hab.	13,8	15,0	12,8	13,3
RM da Baixada Santista	55,4	25,4	57,7	21,8
Municípios com menos de 50 mil hab.	22,0	26,8	35,4	26,8
RA de São José dos Campos	31,2	25,9	29,9	23,4
Municípios com menos de 50 mil hab.	11,8	12,1	11,3	14,2
RA de São José do Rio Preto	7,4	8,2	6,2	7,5
Municípios com menos de 50 mil hab.	4,9	7,4	4,9	7,0
RA de Sorocaba	15,8	17,7	15,0	16,1
Municípios com menos de 50 mil hab.	10,1	10,0	9,8	11,6

Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

(1) Incluem-se os óbitos de residentes no Estado sem especificação do município.

Quanto aos municípios com mais de 50 mil habitantes, suas taxas de mortalidade médias (ponderadas pelas respectivas populações), calculadas por ambas as fontes, em 2004, foram 30,4 por 100 mil (Fundação Seade) e 26,6 por 100 mil (SSP). Ou seja, a relação entre elas corresponde a 14,3% a mais para os indicadores produzidos pela Fundação Seade, confirmando o fato de que os originários desta fonte, em geral, superam os da SSP.

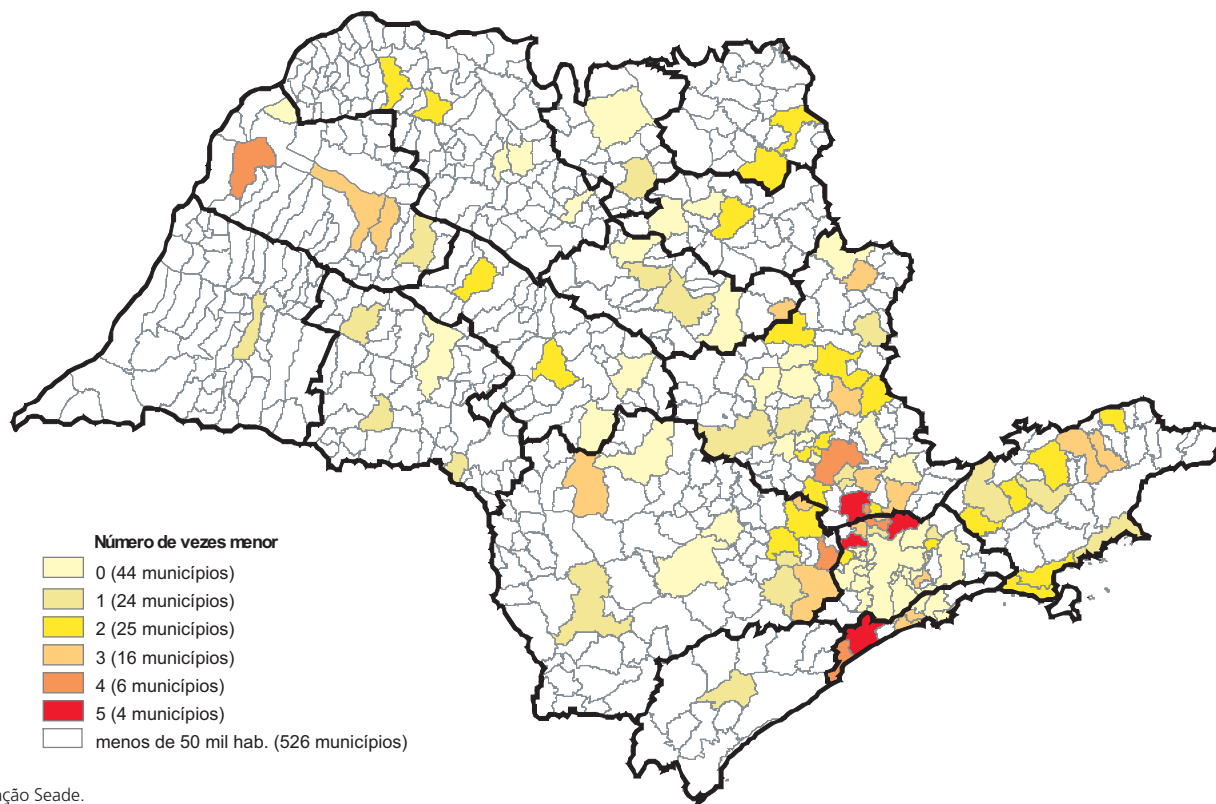
Outra regularidade advém dessas informações: a mortalidade nos municípios mais populosos tende a ser mais elevada que a média do Estado. Recorde-se que os valores das médias estaduais, em 2004, foram calculados em 28,4 óbitos por 100 mil habitantes, pela Fundação Seade, e em 23,9 óbitos por 100 mil habitantes, pela SSP. Confirma-se o constatado na literatura sobre o tema, ou seja, de que o fenômeno da violência urbana é fortemente concentrado nas grandes cidades e/ou em áreas com alta densidade populacional.

Observando-se as taxas de mortalidade por atos violentos de cada um dos 119 municípios paulistas com mais de 50 mil habitantes em 2004, é possível perceber que a distância entre os indicadores produzidos pelas duas fontes apresenta variabilidade muito maior e que é mais elevado o número de casos em que os indicadores da SSP superam os do Seade.

Buscando identificar algum padrão de comportamento, em especial dos municípios para os quais os indicadores da SSP são maiores que os da Fundação Seade (entre 1999 e 2004, ao menos uma vez, 76 dos municípios em análise encontraram-se nessa condição), foram identificados aqueles em que tal situação foi registrada com maior frequência.

Os resultados obtidos mostram que quatro deles (Mairiporã, Santana de Parnaíba, Jundiaí e Itanhaém), em cinco dos seis anos, apresentaram os indicadores originários da SSP mais elevados que os da Fundação Seade. Outros seis (Campinas, Andradina, Franco da Rocha, Várzea Paulista, São Roque e Peruíbe) encontraram-se nessa mesma condição em quatro anos e mais 15 municípios experimentaram-na por três anos (São Vicente e Praia Grande, na RM da Baixada Santista, Ribeirão Pires e Cajamar, na RM de São Paulo, Itatiba, Moji Mirim e Atibaia, na RA de Campinas, e Araçatuba e Birigui, na RA de Araçatuba, entre outros) (Mapa 1).

Mapa 1
Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes com Taxas de Mortalidade por Agressões Menores que as de Homicídios Dolosos e Latrocínios em pelo Menos um dos Anos 2000-2004



Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

Ainda que não se possa explicar claramente porque todos aqueles 76 municípios apresentaram, ao menos uma vez, taxas de mortalidade por homicídios ou latrocínios (SSP) superiores às calculadas pela Fundação Seade, naqueles em que tal condição é mais freqüente, nota-se alguma regularidade: a elevada presença de municípios situados nas regiões metropolitanas ou com grande circulação de pessoas. O caso da RA de Araçatuba merece uma investigação especial, pois não se enquadra nessas categorias.

Esse fato indica que a questão da mortalidade provocada por atos violentos é mais relevante em municípios com maior contingente populacional (residente ou flutuante) e que existe um efeito de vizinhança que provoca um reflexo desse fenômeno, típico dos grandes centros urbanos, para seus vizinhos, ainda que de menor porte. São informações coerentes com a hipótese que associa o crime violento às condições de vida nas metrópoles e nas grandes cidades, que acabam por irradiar situações de desordem e violência para áreas contíguas.

Nesses casos, os indicadores originários da SSP, por registrarem os eventos no local de ocorrência, estariam influenciados pela maior presença e circulação de pessoas, cujo impacto é menor nos indicadores da Fundação Seade. Por essa razão, em áreas de maior violência, os primeiros tendem a ser mais elevados e, mesmo, superar os últimos.

Quanto aos municípios com menos de 50 mil habitantes, agregados por RA, suas respectivas taxas de mortalidade são bem inferiores às dos demais domínios geográficos: 12,4 e 11,8 óbitos por 100 mil habitantes, em 2004, segundo a Fundação Seade e a SSP, respectivamente. Além disso, esses valores são muito mais próximos entre si, embora, na média, os indicadores produzidos pela Fundação Seade também sejam ligeiramente mais elevados.

Porém, são muito mais freqüentes os casos de grupos de municípios em que os indicadores produzidos pela SSP superam os do Seade. Também aqui se percebe alguma associação entre essa constatação e certas características desses grupos de municípios, como o fato de pertencerem a regiões metropolitanas ou a áreas populosas e/ou de forte atração populacional (municípios litorâneos e turísticos, entre outros).

Isso pode ser verificado quando se observa que, em quatro dos seis anos considerados neste estudo, três agregados regionais de municípios com menos de 50 mil habitantes apresentaram taxas de homicídios dolosos e latrocínios superiores às da Fundação Seade. Dessas três situações, duas correspondem, exatamente, a regiões com as características anteriormente descritas (RA de

Registro e RM da Baixada Santista). A exceção fica, mais uma vez, por conta da RA de Araçatuba.

Decerto, ainda há muito o que explorar nos dados que ora se divulgam. Entretanto, esta análise comparada dos indicadores originários das duas fontes já contribuiu para alguns avanços na compreensão dos dados e do próprio fenômeno da violência letal:

- melhor entendimento das razões de os indicadores da Fundação Seade tenderem a ser maiores que os da SSP;
- demonstração de que as tendências temporais desses indicadores se equivalem, sobretudo em domínios geográficos mais amplos;
- confirmação da associação entre mortes provocadas por atos violentos e domínios territoriais sob influência metropolitana e/ou de grande circulação de pessoas.

Para essas áreas, a novidade fica por conta da constatação de as taxas oriundas dos arquivos policiais serem mais sensíveis ao registro desse tipo de fenômeno, conclusão que só foi possível com o confronto entre esses indicadores e os produzidos pela Fundação Seade. Isso demonstra não só o aprimoramento da capacidade de monitoramento do crime e da violência por parte dos agentes públicos e da sociedade paulista, mas também a necessidade de investimentos contínuos na análise e na construção de indicadores ainda mais confiáveis e na integração dos sistemas de informação já existentes. Não custa reafirmar que não existe uma fonte mais adequada para medir a violência letal em São Paulo. A opção pelo uso de uma ou de outra, ou de ambas dependerá dos objetivos ou da ênfase da análise pretendida.

Perfil das mortes por agressões

Se o foco da análise aqui empreendida é a complementaridade das duas fontes descritas, recorde-se que as informações contidas nas estatísticas de ocorrências policiais da Secretaria de Segurança apresentam apenas os totais de casos registrados. Já a base de dados de mortalidade da Fundação Seade dispõe de série histórica importante, com várias informações sobre as vítimas e mesmo sobre o meio utilizado na agressão que resultou em morte.

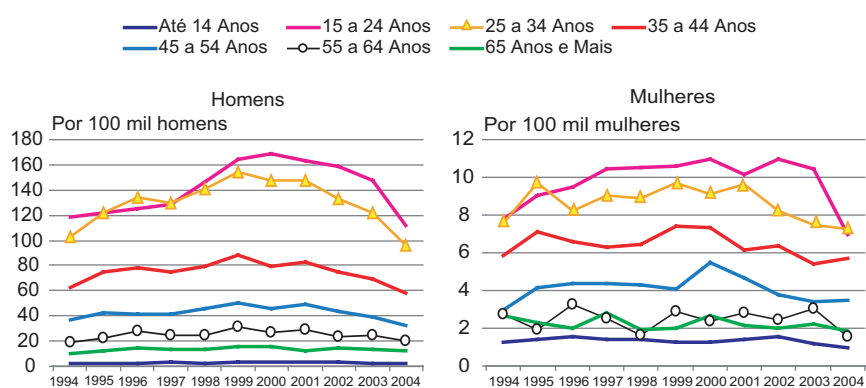
Tal possibilidade, que certamente enriquece a análise dos resultados disponíveis, será utilizada para detalhar o perfil das mortes por atos violentos no conjunto do Estado de São Paulo.

Em 2004, cerca de 92% das mortes por agressões atingiram a população masculina, resultando em taxas de mortalidade 12 a 13 vezes maiores que as verificadas para as mulheres. Das pessoas falecidas, 15% eram casadas e 18% tinham pelo menos iniciado o ensino médio. Quanto às ocupações ou atividades realizadas pelas vítimas, destacam-se os trabalhadores braçais (25%), estudantes (9,3%), comerciantes ou vendedores (6,3%), pedreiros (4,7%) e condutores de veículos (4,4%).

Entre os grupos etários da população atingida (Gráfico 4), as maiores taxas incidem nas faixas de 15 a 24 anos e de 25 a 34 anos. Cerca de 70% dos óbitos por agressões, no Estado de São Paulo, ocorrem entre homens de 15 a 34 anos, contribuindo para que a taxa de mortalidade dessa população se aproximasse de 100 óbitos por 100 mil habitantes, em 2004. A taxa de mortalidade dos jovens entre 15 e 24 anos atingiu, em 2000, seu ponto máximo – 168 óbitos por 100 mil homens. Para a população de 25 a 34 anos, a inflexão ocorreu em 1999, quando alcançou 154 por 100 mil. Em 2004, estas taxas diminuíram para 112 e 96 óbitos, respectivamente (decréscimos de 34%). Redução importante, de 26%, também foi registrada entre as pessoas de 35 a 54 anos.

Para as mulheres, ainda que seus coeficientes sejam bem menores, as diminuições também foram importantes, com variações de 34% para a população entre 15 e 24 anos e de 24% para aquela de 25 a 34 anos.

Gráfico 3
Taxas de Mortalidade por Agressões, por Sexo, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1994-2004



Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.
Nota: Foram utilizadas escalas diferentes para melhor visualização dos dados.

Os impactos provocados por tais mortes refletem-se em diversos aspectos sociais, econômicos e de saúde da população. Grande parte das pessoas atingidas pelas agressões, fatais ou não, pertence à faixa etária jovem, muitas no auge de sua inserção produtiva ou de suas atividades escolares, ou ainda em momento recente de formação de suas famílias.

A informação relativa ao local de ocorrência da morte mostra que 47% delas deram-se em hospitais, 34% em vias públicas, 9% em domicílios e 8% em outros locais. Esses percentuais demonstram a alta letalidade dos meios utilizados, pois mais da metade das vítimas sequer chegou a ser atendida num estabelecimento de saúde. Tal constatação pode ser atribuída ao intenso uso de armas de fogo nesses eventos.

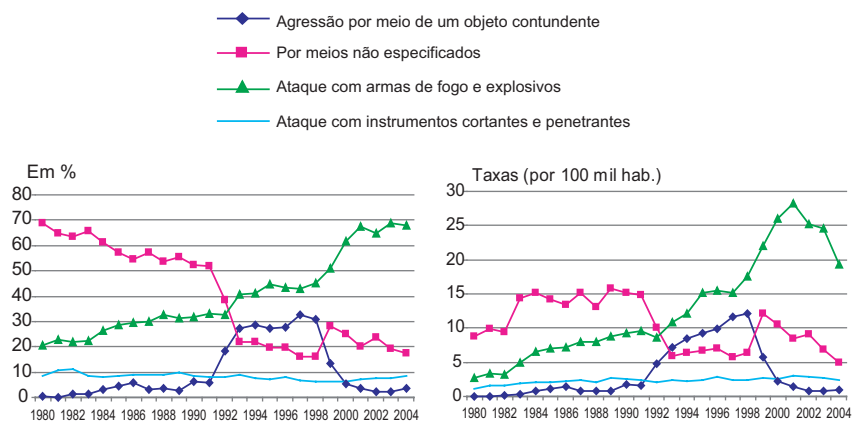
De fato, nos últimos anos, do total de mortes por agressões no Estado de São Paulo para as quais se conhece o meio utilizado, 82% foram praticadas com armas de fogo. Alguns estudos apontam que esse índice aumentou de forma considerável, mas é preciso ressaltar que, em grande parte, semelhante variação reflete também a melhoria e a mudança no preenchimento das informações nas declarações de óbitos.

Em relação à melhoria da qualidade das informações observa-se que, até o final da década de 80, mais de 60% dos casos de óbitos por agressões não dispunham de informações sobre os meios utilizados, proporção que diminuiu para menos de 20% nos últimos anos. Numa análise dos casos cuja informação sobre o meio utilizado estava disponível no início dos anos 80, a arma de fogo representou cerca de 70% do total de registros, indicando que a simples melhoria no preenchimento das Declarações de Óbito já teria provocado aumento da proporção das mortes por armas de fogo na série histórica analisada (Gráfico 4).

Quanto à mudança de critérios no preenchimento e na codificação das causas de morte, entre o período final de vigência da 9ª Revisão da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde e o início da implantação de sua 10ª Revisão (CID-10), adotada no Brasil a partir de 1996, o número de óbitos sob o código *“agressão por meio de um objeto contundente”* parece elevado. Os novos critérios de classificação e o melhor preenchimento das declarações de óbito, que passaram a dispor de um campo para observações sobre a morte, fez com que, a partir de 2000, muitos desses óbitos fossem classificados como *“agressão por meio de disparo de arma de fogo ou de arma não especificada”*.

A redução das mortes por agressões, registrada a partir de 1999, deu-se principalmente entre as provocadas por meios não especificados e, sobretudo,

Gráfico 4
Proporção de Mortes e Taxas de Mortalidade, por Agressões, segundo o Meio Utilizado
Estado de São Paulo
1980-2004



Fonte: Fundação Seade.

por armas de fogo. Em relação às últimas, saliente-se que, entre 2001 e 2004, a taxa de mortalidade diminuiu 31,6%, ao passar de 28,2 para 19,3 óbitos por 100 mil habitantes. Somente entre 2003 e 2004, essa retração foi de 21,7%. Observe-se que esse período corresponde exatamente àquele em que começaram a ser desenhadas e implementadas políticas de restrição e controle da obtenção e da posse dessas armas, que culminaram no Estatuto do Desarmamento.

Considerações Finais

Os resultados apresentados mostram a convergência dos indicadores de mortalidade provocada por atos violentos, produzidos com bases independentes como as organizadas pela Fundação Seade e pela Secretaria de Segurança Pública. Isso atesta a qualidade das informações produzidas por essas instituições, dirigidas a diferentes fins, mas que reforçam, complementam e realimentam as análises delas decorrentes.

Tais informações demonstram, inequivocamente, que a situação do Estado de São Paulo tem evoluído positivamente nos últimos anos, com a redução significativa das taxas de mortalidade provocada por atos violentos, calculadas com base naquelas duas fontes. Todavia, mesmo com esses avanços, não se deve subestimar a complexidade da situação paulista e brasileira ainda presente nesse campo, sobretudo quando confrontada com o panorama internacional.

O Brasil e o Estado de São Paulo encontram-se em situação semelhante à da América Latina, onde a média das mortes por homicídios está próxima de 30 óbitos para 100 mil habitantes. Os países em situações mais críticas são: Colômbia, Venezuela, El Salvador, Porto Rico e Jamaica. Eles, juntamente com a África do Sul e alguns países do Leste Europeu, constituem o grupo com as maiores taxas de mortalidade por agressões do mundo.

Em 2003, as taxas aproximavam-se de 63 óbitos por 100 mil na Colômbia, 51 na África do Sul e 32 na Jamaica e Venezuela, valores superiores aos registrados no Brasil e no Estado de São Paulo, próximos de 28 por 100 mil. Em contraste, nos dez países com menores taxas de mortalidade por agressões, os coeficientes situavam-se abaixo do patamar de cinco óbitos por 100 mil habitantes, com destaque para a Eslovênia e a Áustria, onde eram inferiores a um óbito por 100 mil pessoas (<http://www.benbest.com>).

Os avanços alcançados em São Paulo decorrem de um conjunto de ações públicas e privadas, consubstanciadas nas políticas de controle de armas, de policiamento comunitário, de aumento da repressão a crimes diversos e outras ações públicas – no âmbito federal, estadual ou municipal – e da sociedade civil na organização dos espaços urbanos. Tais iniciativas e resultados têm demonstrado que a morte por atos violentos é um fenômeno de múltiplas causas e dimensões, cujos impactos não se encerram apenas na esfera criminal.

Em suma, o combate a esse tipo de crime tem merecido a atenção das políticas públicas que monitoram seus impactos sobre as vítimas e a saúde pública e as que atuam na repressão policial e no tratamento penal de seus autores. Porém, a agenda de ações está longe de se esgotar. É em torno desses diferentes objetivos e focos de atuação que os números ora apresentados podem ser compreendidos, complementados, comparados e analisados. Ademais, esses próprios indicadores, seja pelo que revelam seja pela sua qualidade, permitem vislumbrar um cenário mais otimista, depois de anos de incerteza e insegurança.

Este trabalho é uma primeira contribuição da Fundação Seade, no âmbito da parceria que estabeleceu com a Secretaria de Segurança Pública, para o aprimoramento das informações criminais disponíveis no Estado de São Paulo.

Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento

Martus Tavares

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Produção e Análise de Dados

Sinésio Pires Ferreira

Diretor Adjunto de Disseminação de Informações

Vivaldo Luiz Conti

Chefia de Gabinete

Ana Celeste de Alvarenga Cruz



Produção

Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais (Gepop)

Autoria

Antonio B. Marangone Camargo – acamargo@seade.gov.br

Bernadette Cunha Waldvogel – bvogel@seade.gov.br

Eliana B. Trindade Bordini – ebordini@seade.gov.br

Luis Patricio Ortiz Flores – lportiz@seade.gov.br

Renato Sérgio de Lima – renato@seade.gov.br

Edição

Gerência de Editoração e Arte (Geart)

Av. Cásper Líbero 464 – 01033-000 – São Paulo SP

Fone (11) 2171-7200 – Fax (11) 2171-7297

www.seade.gov.br seade@ouvidoria.sp.gov.br geadi@seade.gov.br

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

SEADE

**Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados**